



Banco de Portugal

EUROSISTEMA

Cadernos de Cooperação

Setembro 2013

3

Prestes a completar o primeiro ano de publicação, os *Cadernos de Cooperação* do Banco de Portugal, elaborados pela Área de Cooperação do Departamento de Relações Internacionais, prosseguem o propósito de contribuir para o conhecimento público sobre questões relevantes relativas às economias dos países emergentes e em desenvolvimento, especialmente os de língua portuguesa, bem como para o aprofundamento das suas relações com Portugal.

Em linha com as edições precedentes, o n.º 3 dos *Cadernos de Cooperação* integra três vertentes complementares: um curto retrato analítico sobre a conjuntura macroeconómica dos países africanos de língua portuguesa e de Timor-Leste, incluindo os seus principais indicadores; uma apresentação sumária das ações de cooperação recentemente desenvolvidas entre o Banco de Portugal e os seus homólogos dos países emergentes e em desenvolvimento, com destaque para os bancos centrais dos países lusófonos; por fim, na secção de artigos sobre temas macroeconómicos ou da agenda internacional, uma abordagem da Ajuda Pública ao Desenvolvimento, focando o conceito e as principais tendências da evolução recente, quer em termos globais quer no tocante ao caso português.

Índice

Editorial	1
Conjuntura macroeconómica dos PALOP e de Timor-Leste	2
Ações de cooperação desenvolvidas pelo Banco de Portugal	4
Artigos	
Ajuda Pública ao Desenvolvimento	6

1. Conjuntura macroeconómica dos PALOP e de Timor-Leste

O processo de ajustamento empreendido nos últimos anos e a manutenção das receitas petrolíferas em patamares elevados permitiram que a recuperação da conjuntura macroeconómica angolana se consolidasse em 2012 e nos primeiros meses de 2013. Essa evolução está refletida em indicadores como a substancial aceleração do crescimento, a queda da inflação para mínimos históricos e a melhoria significativa das posições orçamental e externa, que culminou com o reforço das reservas cambiais e a redução do peso da dívida.

	2010 Est.	2011 Est.	2012 Est.	2013 Prog.
PIB real (t.v. anual)	3,4	3,9	7,5	7,1
Inflação (t.v.a. homóloga)	15,3	11,4	9,0	9,0
Massa monetária (t.v.a.)	7,1	34,0	7,9	46,8
Balança corrente (% PIB)	9,1	12,6	12,2	4,2
Saldo orçamental (% PIB)	5,3	10,2	8,9	- 3,8
Dívida pública externa (% PIB)	21,6	20,2	19,9	20,4

Fontes: Banco Nacional de Angola, Ministério das Finanças (Angola) e Fundo Monetário Internacional.

O ambiente externo adverso e a redução da procura interna induziram algum abrandamento económico em Cabo Verde em 2012, com repercussão negativa nas contas públicas. No entanto, a consequente redução das importações de bens e o contínuo crescimento das receitas do turismo permitiram a melhoria das contas externas e o reforço das reservas cambiais, auxiliando a política monetária na defesa do regime cambial de ancoragem ao euro.

	2010 Est.	2011 Est.	2012 Est.	2013 Prog.
PIB real (t.v. anual)	1,5	4,0	2,5	1,5
Inflação (t.v.a. homóloga)	3,4	3,6	4,1	2,2
Massa monetária (t.v.a.)	5,9	3,6	5,6	6,2
Balança corrente (% PIB)	- 13,5	- 16,3	- 11,5	- 9,8
Saldo orçamental (% PIB)	- 10,6	- 7,7	- 9,9	- 8,2
Dívida pública (% PIB)	80,4	86,0	94,0	-
da qual: Externa	50,8	56,8	64,5	-

Fontes: Banco de Cabo Verde, Ministério das Finanças (CV), INE (CV) e Fundo Monetário Internacional.

A Guiné-Bissau deverá registar este ano alguma recuperação económica, após a contração de 2012, para o que contribuirá o crescimento das exportações e a renovação do envolvimento dos parceiros de desenvolvimento. De acordo com o orçamento, as finanças públicas aproximar-se-ão do equilíbrio mas a balança corrente permanecerá deficitária. A inflação deve manter-se a nível baixo, graças à estabilidade cambial da zona franco CFA.

	2010 Est.	2011 Est.	2012 Est.	2013 Prog.
PIB real (t.v. anual)	4,5	5,3	- 1,5	3,5
Inflação (t.v.a. homóloga)	5,6	3,4	1,7	2,6
Massa monetária (t.v.a.)	29,6	39,1	- 5,3	3,2
Balança corrente (% PIB)	- 8,4	- 1,1	- 6,5	- 6,0
Saldo orçamental (% PIB)	- 0,2	- 1,4	- 2,8	- 0,1
Dívida externa (% PIB)	22,4	21,3	25,2	27,5

Fontes: Banco Central dos Estados da África Ocidental – Delegação Nacional da Guiné-Bissau e Fundo Monetário Internacional.

	2010 Est.	2011 Est.	2012 Est.	2013 Prog.
PIB real (t.v. anual)	7,1	7,3	7,4	7,0
Inflação (t.v.a. homóloga)	16,6	5,5	2,2	6,1
Massa monetária (t.v.a.)	24,6	7,8	29,4	16,2
Balança corrente (% PIB)	- 11,7	- 24,3	- 35,5	- 39,3
Saldo orçamental (% PIB)	- 4,2	- 4,8	- 3,9	- 6,7
Dívida externa (% PIB)	39,2	31,5	31,5	-

Fontes: Banco de Moçambique, INE (Moçambique) e Fundo Monetário Internacional.

O investimento e as exportações dos grandes projetos (sobretudo gás natural e carvão) têm sido determinantes para o crescimento moçambicano. As importações daqueles sectores pressionaram as contas externas, ainda que o investimento direto do exterior tenha possibilitado o reforço das reservas cambiais. Esta entrada de fundos e a redução da inflação permitiram o aligeiramento das condições monetárias, induzindo a expansão do crédito à economia. As contas públicas melhoraram, beneficiando do aumento das receitas de impostos e de uma ligeira redução do investimento público.

	2010 Est.	2011 Est.	2012 Est.	2013 Prog.
PIB real (t.v. anual)	4,5	4,9	4,0	4,5
Inflação (t.v.a. homóloga)	12,9	11,9	10,4	8,0
Massa monetária (t.v.a.)	25,1	10,5	18,4	14,4
Balança corrente e de capital (% PIB)	- 26,6	- 22,0	- 21,8	- 16,5
Saldo orçamental global (% PIB)	- 10,4	- 12,0	- 11,2	- 13,1
Saldo primário interno (% PIB)	- 4,1	- 3,0	- 3,2	- 3,1
Dívida pública externa (% PIB)	78,6	74,2	77,6	-

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Ministério do Plano e Finanças (STP) e Fundo Monetário Internacional.

O ritmo de expansão da economia santomense abrandou um pouco em 2012, refletindo fatores como a maior escassez de financiamento externo – um fenómeno que pressionou também as reservas cambiais, embora estas recuperassem no final do ano. O arrefecimento da economia afetou as receitas tributárias, mas um esforço adicional de contenção da despesa pública permitiu preservar a consolidação orçamental, que continuou assim a dar um contributo decisivo para a descida sustentada da inflação.

	2010 Est.	2011 Est.	2012 Est.	2013 Prog.
PIB real não-petro- lífero (t.v.a.)	9,5	12,0	10,2	8,1
Inflação (t.v.a. homóloga)	9,2	17,4	11,7	11,0
Massa monetária (t.v.a.)	9,9	10,5	26,2	-
Balança corrente (% PIB não-petr.)	179,0	207,0	184,0	119,0
Saldo orçamental (% PIB n.p.)	205,0	245,0	210,0	45,0
Fundo Petrolífero (% PIB n.p.)	739,0	825,0	792,0	793,0
Dívida pública (% PIB n.p.)	0,0	0,0	0,5	2,8

Fontes: Banco Central de Timor-Leste, Ministério das Finanças (Timor-Leste) e Fundo Monetário Internacional.

A economia de Timor-Leste continuou a apresentar uma apreciável dinâmica de crescimento, quer a nível da produção interna, quer das receitas petrolíferas. Graças a estas receitas, o valor do Fundo do Petróleo tem continuado a aumentar, apesar dos significativos recursos canalizados para o financiamento das despesas públicas. A manutenção desta política expansionista tem exercido pressão a nível dos preços, permanecendo a inflação a níveis demasiado elevados.

2. Ações de cooperação desenvolvidas pelo Banco de Portugal

Cooperação em 2013

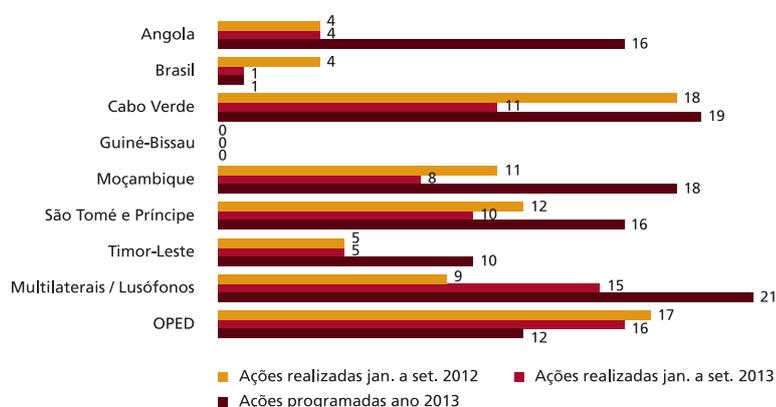
Durante os primeiros nove meses de 2013 realizaram-se 70 ações de cooperação que envolveram entidades dos “Países de Língua Portuguesa” (PLP) e dos “Outros Países Emergentes e em Desenvolvimento” (OPED). O quarto trimestre é normalmente um período de elevada atividade neste domínio, pelo que é previsível que no final do ano o número total de ações concretizadas não se afaste muito do valor inscrito no Plano de Cooperação de 2013 (113 ações). Este Plano, elaborado essencialmente a partir das discussões efetuadas no contexto do Encontro de Lisboa do ano precedente, constitui a estrutura central da atividade de cooperação desenvolvida pelo Banco.

As ações dirigidas aos PLP foram naturalmente predominantes (77 % das ações efetuadas durante este período), mas vem assumindo cada vez maior destaque a cooperação com os OPED, nomeadamente no contexto de iniciativas multilaterais envolvendo o Sistema Europeu de Bancos Centrais e financiadas pela Comissão Europeia.

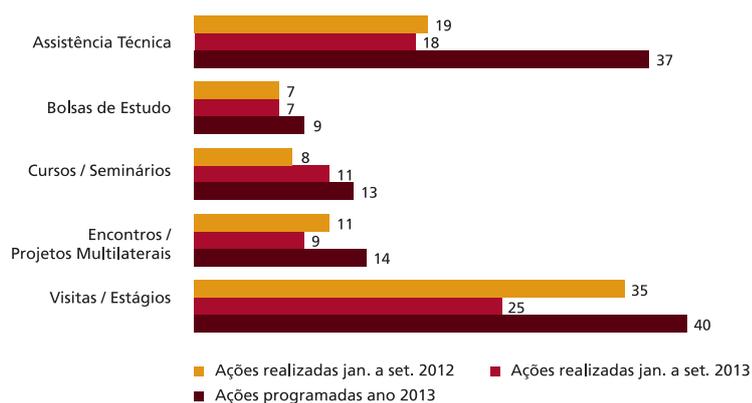
No presente ano têm tido especial ênfase os cursos e seminários organizados em Lisboa para as entidades do espaço lusófono. De entre essas iniciativas destacam-se o curso sobre Gestão Macroeconómica e Política Orçamental, organizado conjuntamente com o Instituto para o Desenvolvimento das Capacidades (do FMI), dirigido não só a quadros dos Bancos Centrais, mas também dos Ministérios das Finanças dos oito países lusófonos, bem como o curso sobre Supervisão Prudencial, com a participação de peritos do Federal Reserve Board dos EUA. Destaque ainda para a realização em Lisboa de um Seminário sobre Inclusão e Formação Financeira, que mereceu o interesse de todos os bancos centrais de língua portuguesa.

Ao longo deste ano têm vindo a ser desenvolvidos duas iniciativas que foram lançadas no Encontro de Governadores e no Encontro de Lisboa, realizados em 2012: um projeto sobre sistemas de pagamentos e outro sobre reconhecimento de equivalência de supervisões, ambos com referência ao espaço lusófono.

Execução por Banco Central / Instituição



Execução por tipo de ação



Ações de cooperação (realizadas durante o período de janeiro a setembro de 2013)

País	Tipo de ação	N.º ações	Áreas de intervenção das ações
Angola	Encontros / projetos	1	Supervisão bancária.
	Assistência técnica	1	Combate ao branqueamento de capitais.
	Visitas / estágios	2	Recursos humanos. Relações institucionais.
Brasil	Visitas / estágios	1	Supervisão comportamental.
Cabo Verde	Assistência técnica	4	Gestão do <i>Trust Fund</i> . Acordos de cooperação / acompanhamento macroeconómico. Auditoria. Supervisão comportamental.
	Visitas / estágios	5	Emissão e tesouraria. Supervisão comportamental. Sistemas de pagamentos. Gestão de ativos e reservas.
	Bolsas de estudos	2	Bolsas de estudos.
Guiné-Bissau			
Moçambique	Visitas / estágios	6	Sistemas de pagamentos. Estatística. Emissão e tesouraria. Relações institucionais. Gestão de ativos e reservas.
	Bolsas de estudos	2	Bolsas de estudos.
São Tomé e Príncipe	Assistência técnica	3	Acordos de cooperação / acompanhamento macroeconómico. Combate ao branqueamento de capitais.
	Visitas / estágios	5	Estudos económicos. Relações institucionais. Recursos humanos. Serviços de apoio. Emissão e tesouraria.
	Bolsas de estudos	2	Bolsas de estudos.
Timor-Leste	Assistência técnica	4	Assessoria económica. Relações institucionais. Estatística.
	Bolsas de estudos	1	Bolsa de estudos.
Multilaterais / Lusófonos	Encontros / projetos	6	Sistemas de pagamentos. Supervisão prudencial. Sistemas e tecnologias de informação. Contabilidade. Supervisão bancária.
	Cursos / seminários	9	Gestão de ativos e reservas. Política monetária. Sistemas de pagamentos. Política económica. Supervisão prudencial. Inclusão e formação financeira.
Outros países emergentes e em desenvolvimento	Encontros / projetos	2	Seminários de alto nível.
	Assistência técnica	6	Relações institucionais. Sistemas de pagamentos. Sistemas e tecnologias de informação.
	Cursos / seminários	2	Estudos económicos. Sistemas de pagamentos.
	Visitas / estágios	6	Relações institucionais. Emissão e tesouraria. Combate ao branqueamento de capitais. Sistemas e tecnologias de informação.

3. Artigos

Ajuda Pública ao Desenvolvimento*

Ana Mafalda Redondo e Luís Quintaneiro**

A OCDE publica anualmente o seu Relatório de Cooperação para o Desenvolvimento, que reflete as principais linhas de evolução no domínio da Cooperação Internacional. Esta instituição divulgou em abril passado os valores preliminares relativos à “Ajuda Pública ao Desenvolvimento” em 2012.

Este artigo apresenta sucintamente o conceito de “Ajuda Pública ao Desenvolvimento”, bem como a sua evolução recente, quer em termos globais, quer no que se refere a Portugal. Em ambos os casos registou-se algum decréscimo nos fluxos de ajuda em 2012 face ao ano anterior. Em termos gerais tal evolução pode ser atribuída aos processos de consolidação orçamental em curso em diversos países da OCDE. No caso português essa redução decorre essencialmente do calendário de implementação de projetos de cooperação de dimensão relevante que, tendo tido uma expressão muito significativa em 2011 (como sucedeu em Moçambique), registaram naturalmente um abrandamento no ano seguinte.

Conceitos

As principais estatísticas sobre Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) são compiladas pelo Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD), que funciona no âmbito da OCDE.

Este Comité é atualmente composto por 26 membros: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Coreia do Sul, Dinamarca, Espanha, EUA, Finlândia, França, Grécia, Itália, Irlanda, Islândia (membro desde maio de 2013), Japão, Luxemburgo, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos, Portugal, Reino Unido, República Checa (membro desde março de 2013), Suécia, Suíça e a União Europeia.

O Comité de Ajuda ao Desenvolvimento define Ajuda Pública ao Desenvolvimento como o conjunto de fluxos destinados a países e territórios constantes da lista de recetores de ajuda pública ao desenvolvimento, bem como a instituições multilaterais que cumprem os seguintes critérios:

- i) serem disponibilizados por agências públicas, incluindo governos estaduais e locais ou pelas suas agências executoras e
- ii) cada transação contabilizada obedeça aos requisitos de:
 - a) ser administrada com o objetivo primordial de promoção do desenvolvimento económico e do bem-estar dos países em desenvolvimento;
 - b) no caso de empréstimos, estes serem de carácter concessional, ou seja, apresentarem condições mais favoráveis para o país recetor do que aquelas que se aplicariam a empréstimos de natureza “comercial”.

A lista de países e territórios elegíveis (recetores) para APD consiste em todos os países de baixo e médio rendimento com base no Rendimento Nacional Bruto (RNB) *per capita* publicado pelo Banco Mundial (excluindo países que sejam membros do G8, da União Europeia e países com data já estabelecida para adesão à UE).

Esta lista inclui todos os Países Menos Avançados segundo a definição das Nações Unidas. O CAD revê a lista de 3 em 3 anos, sendo a próxima revisão em 2014. São removidos da lista os países que excederem o limite de rendimento durante três anos consecutivos.

Metodologia

Nos últimos anos, os membros do CAD da OCDE aprovaram uma nova classificação por tipo de ajuda cuja implementação se iniciou em 2011 relativa ao reporte dos fluxos de 2010.

O objetivo desta nova classificação decorre da intenção de adotar uma tipologia que seja mais relevante na perspetiva política e mais adaptada à realidade presente, que capture as novas modalidades de ajuda, incluindo formas inovadoras de financiamento, desagregando os valores referentes à cooperação técnica e fornecendo informação mais detalhada e comparável entre doadores.

Evolução da Ajuda Pública ao Desenvolvimento dos países CAD

Com base em valores preliminares divulgados pela OCDE, a 3 de abril, no ano de 2012 a APD líquida (isto é, deduzidos os reembolsos de empréstimos) proveniente do conjunto dos países membros do CAD caiu 4 % em termos reais (corrigidas das variações cambiais e da inflação), o segundo ano consecutivo de queda desta ajuda (- 6 % em termos acumulados nos dois anos).

* As opiniões expressas neste artigo são da exclusiva responsabilidade dos autores, não coincidindo necessariamente com as do Banco de Portugal ou do Eurosistema. Eventuais erros ou omissões são da exclusiva responsabilidade dos autores.

** Banco de Portugal – Departamento de Relações Internacionais.

O objetivo de 0,7 % do Produto / Rendimento Nacional Bruto para a APD

A meta dos governos de atingirem um volume de 0,7 % do Produto Nacional Bruto (PNB) em APD foi afirmada pela primeira vez em 1970 numa resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas e repetida ao longo dos anos em muitos acordos internacionais como um objetivo a prazo.

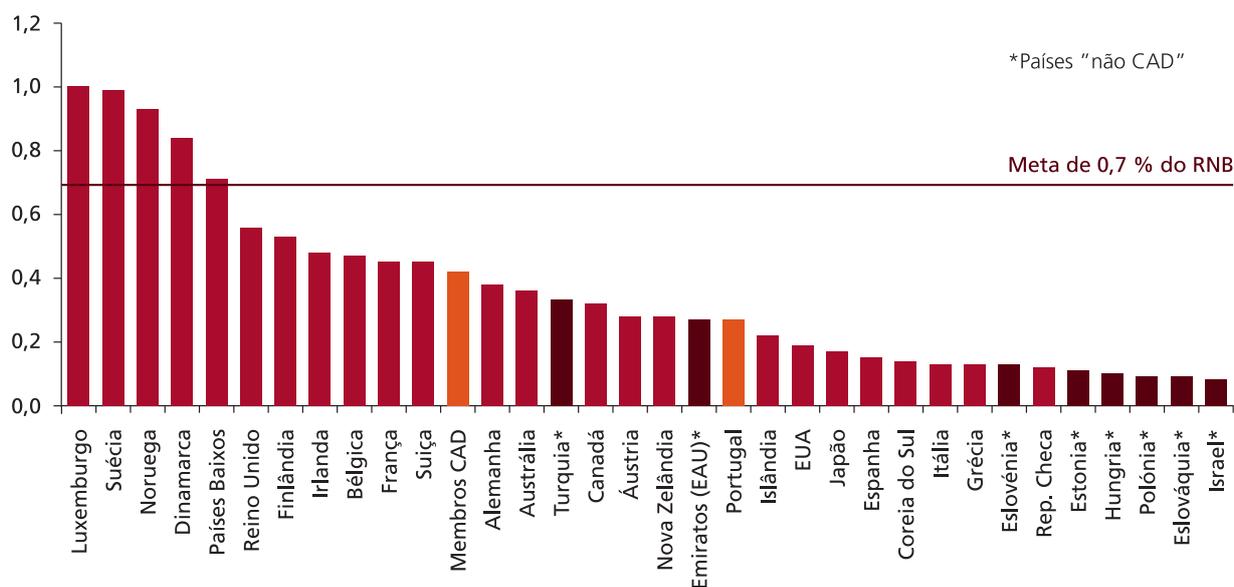
Em março de 2002, na Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento que teve lugar em Monterrey, México, os líderes mundiais acordaram o "Consenso de Monterrey". Este Consenso estabelece um enquadramento para o desenvolvimento em que se definem ações para a redução da pobreza no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio e reconhece a necessidade de melhorias significativas na ajuda pública ao desenvolvimento. Os países doadores comprometeram-se em Monterrey com o objetivo de 0,7 % do PNB: "We recognize that a substantial increase in ODA and other resources will be required if developing countries are to achieve the internationally agreed development goals and objectives, including those contained in the UN Millennium Declaration. To build support for ODA, we will cooperate to further improve policies and development strategies, both nationally and internationally, to enhance aid effectiveness (paragraph 41). In that context, we urge developed countries that have not done so to make concrete efforts towards the target of 0.7 percent of gross national product (GNP) as ODA to developing countries. (paragraph 42)"

A Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, que ocorreu em Joanesburgo em 2002, reiterou esta meta.

Em junho de 2005, dezasseis dos então vinte e dois membros do CAD tinham atingido ou comprometido atingir o mais tardar até 2015 a meta de 0,7 % do Rendimento Nacional Bruto (RNB)¹. Os EUA, Canadá, Japão e Austrália não se comprometeram com uma data para alcançar este valor.

¹ Os Membros do CAD adotaram nos seus compromissos como indicador o Rendimento Nacional Bruto (RNB), diferentemente do Consenso de Monterrey que utiliza o PNB.

Gráfico I | Ajuda Pública ao Desenvolvimento | APD em percentagem do Rendimento Nacional Bruto (2012)



Em 2012, os países do CAD contribuíram com 125,6 mil milhões de USD (cerca de 103 mil milhões de euros), a que acrescem os contributos por parte de países não pertencentes ao CAD. O valor médio da APD dos países CAD desceu para 0,29 % do RNB (0,31 % em 2011). A meta de 0,7 % do RNB só foi atingida ou excedida por cinco países: Luxemburgo, Suécia, Noruega, Dinamarca e Países Baixos.

A APD líquida dos quinze países CAD da UE foi de 63,7 mil milhões de USD, correspondentes a 0,42 % do RNB (0,44 % em 2011), a das instituições da UE foi de 17,6 mil milhões de USD, enquanto os países da UE não pertencentes ao CAD disponibilizaram 1,2 mil milhões de USD; o total da APD líquida dos 27 Estados-membros da UE representou 0,39 % do Rendimento Nacional Bruto agregado. Em termos relativos, o contributo dos EUA foi significativamente

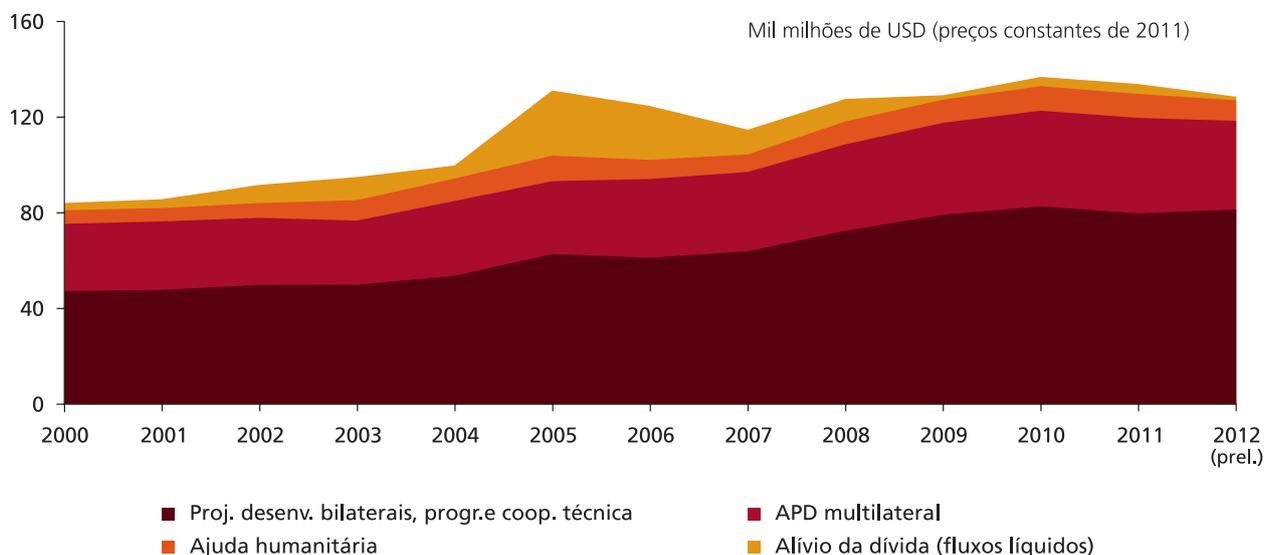
inferior: 30,5 mil milhões de USD, representando 0,19 % do RNB norte-americano (0,20 % em 2011).

Os fluxos de APD podem materializar-se sob a forma de donativos ou empréstimos. Como atrás foi referido, no caso de empréstimos, para serem qualificados como ADP, terão que comportar um grau de concessionalidade (donativo) de pelo menos 25 %, sendo esta componente determinada utilizando uma taxa de desconto de 10 %.

A ajuda pública pode ser multilateral ou bilateral, compreendendo esta última três grandes categorias: i) projetos de desenvolvimento, programas e assistência técnica; ii) ajuda humanitária; iii) alívio da dívida.

Em termos reais, a ajuda multilateral, após cinco anos de crescimento, manteve-se praticamente estável em 2011 e terá mesmo diminuído em 2012.

Gráfico II | Componentes da Ajuda Pública ao Desenvolvimento | Países do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (2000 – 2012)



Fonte: OCDE, 2013.

Os projetos, programas e cooperação técnica são a principal componente da ajuda pública bilateral. Após ligeira quebra em 2011, esta componente voltou a aumentar no último ano.

A componente de alívio da dívida, que havia assumido um especial relevo nos anos de 2005 a 2007, perdeu nos últimos anos grande parte da sua relevância. Este facto decorre de se terem praticamente

concretizado na sua totalidade as iniciativas *HIPC* (*Heavily Indebted Poor Countries*, iniciativa para os países pobres altamente endividados) e *MDRI* (*Multilateral Debt Relief Initiative*, iniciativa de alívio da dívida multilateral), que haviam sido desencadeadas pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial, o que deu origem a que o alívio da dívida tivesse especial expressão nesse período.

Cooperação para o desenvolvimento por países não pertencentes ao CAD

Nos últimos anos muitos países emergentes, não obstante podem ser também simultaneamente recetores de APD, têm desempenhado um papel importante na cooperação para o desenvolvimento. Esta evolução desenrola-se no contexto da denominada “Cooperação Sul-Sul”, segundo a qual poderá haver determinadas vantagens específicas decorrentes do estabelecimento de parcerias de cooperação entre países que apresentam (ou apresentavam até há algum tempo atrás) níveis de desenvolvimento e estruturas económicas, políticas e sociais com alguma semelhança.

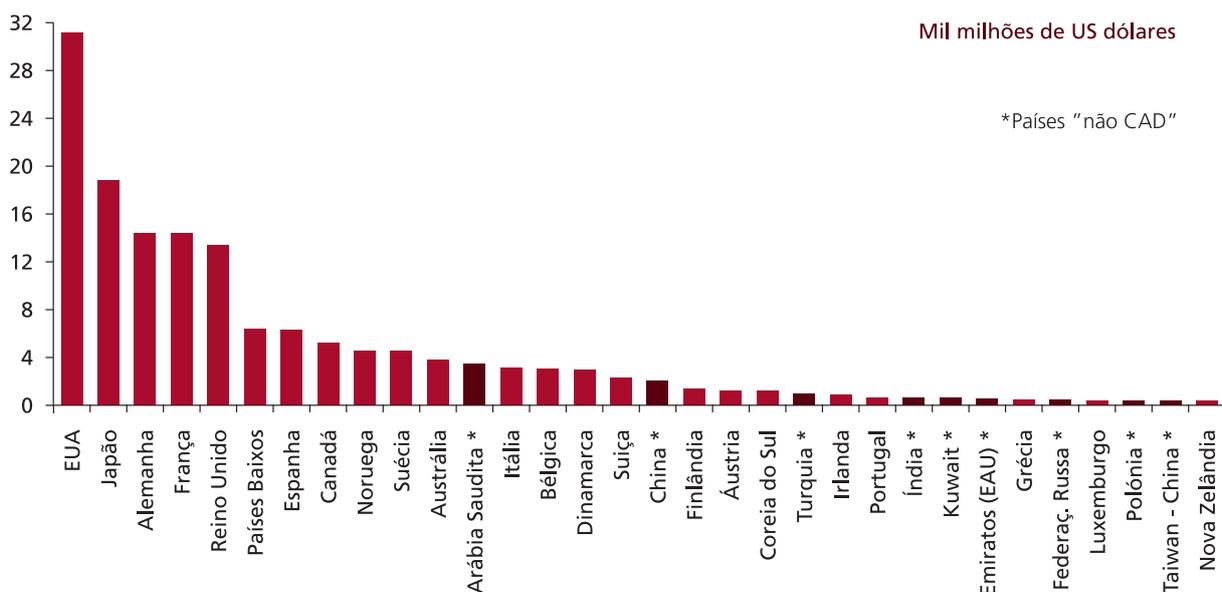
No final de 2011 realizou-se em Busan, Coreia do Sul, o *Fourth High-Level Forum on Aid Effectiveness*. Nesta Conferência, tal como já tinha sucedido na anterior, realizada em Acra, no Ghana, em 2008, foi profusamente discutida a questão da eficácia da ajuda internacional e as modalidades para assegurar uma mais eficiente utilização dos recursos afetos à cooperação. Neste contexto foram destacadas as virtualidades da “Cooperação Sul-Sul”, tendo sido acordado o compromisso *Busan Partnership for Effective Development Co-operation*, documento que visa reforçar

o estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento envolvendo as principais economias emergentes, tendo sido subscrito por diversos países, incluindo o Brasil, a China e a Índia, como referência voluntária para a sua cooperação.

A APD proveniente destes países não pertencentes ao CAD não é, no entanto, ainda devidamente captada do ponto de vista estatístico, já que os dados reportados pelos mesmos não seguem os critérios metodológicos estabelecidos para os fluxos de APD, tal como estão definidos pela OCDE, e, nalguns casos, cobrem apenas uma parcela limitada do total.

Mesmo tendo esse facto em conta, a OCDE procedeu a um estudo dos fluxos de ajuda, em 2010, de 16 países não pertencentes à OCDE. Esse estudo permitiu concluir que, no seu conjunto, este grupo de países terá disponibilizado um valor estimado em 8,6 mil milhões de USD de cooperação bruta para o desenvolvimento, o que corresponde a 5,7 % do total dos fluxos brutos de APD nesse ano.

Gráfico III | Ajuda Pública ao Desenvolvimento | Financiamento Concessional (fluxos brutos) – 2010



Fonte: OCDE, 2013.

Ajuda Pública ao Desenvolvimento – Portugal

O nível de APD procedente de Portugal atingiu em 2012 o montante de cerca de 452 milhões de euros, uma redução nominal de cerca de 11,2 % face ao ano anterior, situação que se verificou igualmente noutros países da OCDE, também sujeitos a políticas de consolidação orçamental.

O rácio da APD de Portugal face ao rendimento nacional terá correspondido assim em 2012 a cerca de 0,28 %, valor algo abaixo da média do conjunto dos países CAD (em 2011 o valor deste rácio para Portugal era muito idêntico ao da média daqueles países).

Quadro I | Distribuição da Ajuda Pública ao Desenvolvimento – Portugal

	2010	2011	2012
1. APD Bilateral	299 043	343 175	309 084
2. APD Multilateral	190 925	165 890	142 764
APD Total	489 968	509 065	451 848
1. Donativos (<i>Grants</i>)*	349 509	280 195	231 990
dos quais: Alívio da dívida	39	51	3
2. Empréstimos concessionais	140 459	228 870	215 196

*Nesta rubrica incluem-se fluxos de natureza bilateral e multilateral

Fonte: Camões – Instituto de Cooperação e da Língua (CICL).

Do total de APD portuguesa em 2012, cerca de um terço foi de natureza multilateral sendo o restante afeto à ajuda bilateral. Esta proporção é muito semelhante à que já se havia verificado no ano anterior.

Acompanhando a tendência verificada a nível internacional, a componente de alívio da dívida tem vindo a perder relevância, após o processo de regularização da dívida concedida por Portugal a alguns países africanos de língua portuguesa.

QUADRO II | Distribuição por recetores da Ajuda Pública ao Desenvolvimento – Portugal

Unidade: milhares de euros

	2010	2011	2012
APD Bilateral total	299 043	343 175	309 084
1. Principais beneficiários	248 054	308 450	233 932
Angola	-965	-5383	1201
Cabo Verde	107 305	105 529	130 845
Guiné-Bissau	11 866	9829	7401
Moçambique	85 027	157 640	62 432
São Tomé e Príncipe	19 409	20 949	16 711
Timor-Leste	25 412	19 886	15 342
2. Outros Beneficiários (por regiões)	50 989	34 725	75 152
África	4506	5755	48 447
América	7534	7614	6320
Ásia	11 396	6425	9596
Europa	12 782	1194	333
Outros	14 772	13 738	10 456

Fonte: Camões – Instituto de Cooperação e da Língua (CICL).

Como seria de esperar, a ajuda bilateral é essencialmente dirigida ao conjunto dos países de língua portuguesa, tendo a ajuda a estes países representado nos últimos anos uma percentagem entre 80 a 90 % do total.

A significativa redução em 2012 da ajuda bilateral a Moçambique (que em 2011 tinha apresentado um valor particularmente elevado, resultante da acentuada utilização de uma nova linha de crédito concessional) constituiu a principal razão para a diminuição global dos fluxos de APD portuguesa no ano transato.

